

A saúde da mulher no contexto dos direitos sexuais e reprodutivos discutidos em periódicos nacionais

Women's health in the context of sexual and reproductive rights discussed in national journals

Viviane Ramos Mendes¹
Ingredy Carolline de Jesus Santos¹
Lúcia Helena Rodrigues Costa²

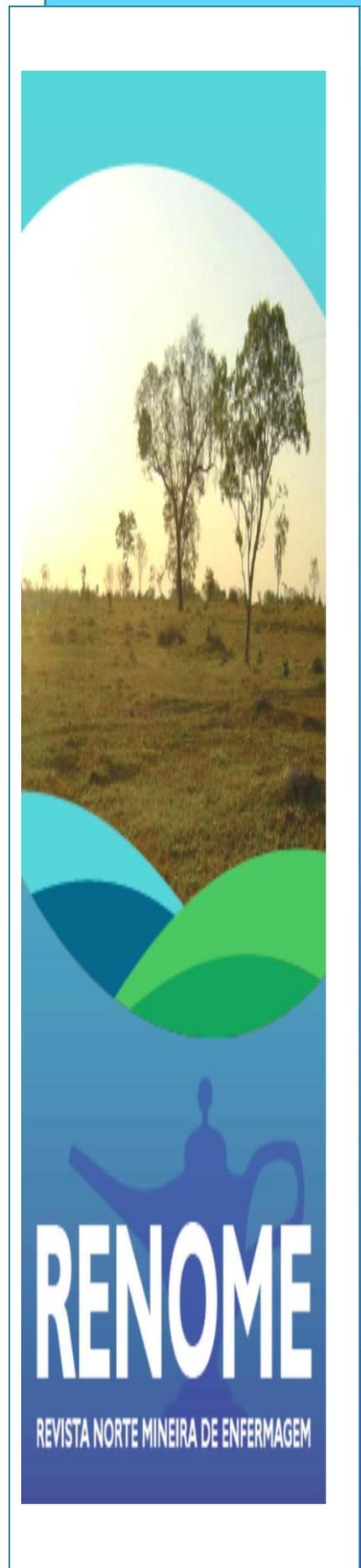
¹Acadêmica de Enfermagem. Atuante no Grupo de Pesquisa Dona Tiburtina: Núcleo de Pesquisa em Gênero, Saúde e Sexualidade (NUPEGSS) - UNIMONTES na linhas de pesquisa Direitos Sexuais e Reprodutivos, Gênero e Sociedade.

²Enfermeira. Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal de Bahia. Docente do Curso de Enfermagem da Unimontes. Líder do Grupo Dona Tiburtina: Núcleo de Pesquisa em Gênero, Saúde, Sexualidade-NUPEGSS.

Autor para correspondência:

Viviane Ramos Mendes
Universidade Estadual de Montes Claros
Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS
Avenida Rui Braga- Vila Mauricéia
Montes Claros, MG, Brasil
CEP. 39401089
E-mail: ramos.viviane9@gmail.com

Resumo: Objetivou-se analisar publicações que discutam a saúde da mulher na perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos, enfatizando os direitos humanos descritos nos estudos e as intervenções no campo da saúde. **Método:** Revisão integrativa, elaborada por meio de levantamento bibliográfico; a base de dados foi Scientific Electronic Library Online (SciELO); a pesquisa estendeu-se também aos arquivos do Ministério da Saúde e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Resultado:** A partir da busca na base de dados, foram encontrados 165 trabalhos relacionados ao tema, dos quais 50 foram lidos- a partir do descritor título e



resumo, resultaram na seleção de 11 artigos e 2 arquivos do Ministério da Saúde para a construção da discussão. **Considerações Finais:** A partir deste estudo, verificou-se que as ações e serviços de saúde são vulneráveis. A saúde da mulher deve ser compreendida como o resultado de um amplo espectro de fatores.

Descritores: Saúde da mulher; Direitos sexuais e reprodutivos; Gênero e saúde.

Abstract: The objective was to analyze publications that discuss women's health from the perspective of sexual and reproductive rights, emphasizing the rights described in the studies and interventions in the health field. Method: an integrative review, prepared by literature, the database was Scientific Electronic Library Online (SciELO), the research also extended to the Ministry of Health of the files and the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). Results: From the search in the database were found 165 works related to the theme. Among these, there was a reading of 50, that from the descriptor title and summary, resulted in the selection of 11 11 articles and 2 Ministry of Health files for the construction of discussion. Final Thoughts: From this study, it was found that the actions and health services are vulnerable. Women's health must be understood as the result of a wide range of factors.

Descriptors: Women's health; sexual and reproductive rights; Gender and Health.

Introdução

O termo **saúde** pode ser definido segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), como o completo bem-estar bio-psico-social⁽¹⁾. Para abordar essa perspectiva, prioriza-se demarcar a situação de saúde, que é permeada por diversos aspectos da vida⁽²⁾, nesse mister o dever do Estado parte da proposição de ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde, em todos os níveis, a toda a população em território nacional⁽³⁾.

Em se tratando especificamente da saúde das mulheres, vários fatores potencializam as formas de adoecimento, muitas vezes pela discriminação nas relações de trabalho e a sobrecarga com os encargos do trabalho doméstico. Outras variáveis como raça, etnia e situação de pobreza realçam ainda mais as desigualdades⁽²⁾. Segundo o Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres representam 51% da população brasileira,

e a região Sudeste é a que possui o maior número de mulheres, principalmente no estado de São Paulo⁽⁴⁾.

Diante da crescente preocupação com a saúde e o bem-estar de mulheres, os movimentos sociais, particularmente o feminista e o de mulheres, vêm atuando para que o Sistema Único de Saúde (SUS) contemple a atenção integral à saúde da mulher, em consonância com os princípios de igualdade, equidade e universalidade que o formam. Um dos principais princípios que regem o SUS é a integralidade; além de um princípio constitucional defendido como prerrogativa da humanização do cuidado em saúde, busca a possibilidade de apreender as necessidades mais abrangentes do ser humano, valorizando a articulação entre atividades preventivas e assistenciais⁽⁵⁾.

Por meio desse delineamento, apreende-se que essa abordagem é um fator essencial para a saúde da mulher, que engloba o cuidado e acolhimento, valorizando a influência das relações de gênero e raça no processo saúde-doença das mulheres⁽⁶⁾.

Nessa perspectiva, a introdução do conceito de direitos sexuais e reprodutivos a partir dos anos 1990 foi fundamental para permitir que haja integralidade do cuidado prestado às mulheres, vislumbrando empoderamento e igualdade de direitos. É dentro da concepção dos Direitos Humanos que eles se constituem nos espaços públicos e privados. Há, certamente, na concepção desses direitos, a ideia de uma intimidade democratizada pelos avanços políticos na vida pública. Uma concepção fundamental, veiculada por esses direitos, é a autonomia, que requer o direito fundamental do exercício da liberdade⁽⁷⁾.

A autonomia moral dos indivíduos, diante dessa modernidade, depende muito das condições sociais, culturais e institucionais para o seu desenvolvimento, e a cidadania pressupõe o usufruto da liberdade e da responsabilidade. A saúde reprodutiva relaciona-se ao usufruto da liberdade intrínseca aos direitos sexuais e reprodutivos⁽⁸⁾.

Diante desse contexto, justifica-se a realização do presente estudo subsidiado na discussão da saúde da mulher e seus direitos sexuais e reprodutivos, cujo problema é considerado complexo na saúde pública do Brasil, e que tem a disseminação como um de seus determinantes uma violação dos direitos humanos. Este estudo tem como objetivo analisar publicações que discutem a saúde da mulher na perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos, enfatizando os direitos humanos, com o intuito de contribuir com os estudos e intervenções no campo da saúde. O presente artigo é uma fundamentação teórica que faz parte das etapas do projeto de pesquisa

Mulheres Quilombolas e os direitos sexuais e reprodutivos, sob o enfoque das relações de gênero, que está em andamento.

Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa, elaborada por meio de levantamento bibliográfico. A revisão integrativa é uma ferramenta importante no processo de comunicação dos resultados de pesquisas, facilitando sua utilização na prática clínica, uma vez que proporciona uma síntese do conhecimento já produzido e fornece subsídios para a melhoria da assistência à saúde. Oferece, ainda, aos profissionais de diversas áreas de atuação na saúde o acesso rápido aos resultados relevantes de pesquisas que fundamentam nas condutas ou a tomada de decisão, proporcionando um saber crítico⁽⁹⁾.

O levantamento bibliográfico foi realizado no período de março a novembro de 2014, sendo conduzido na base de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). A pesquisa estendeu-se também aos arquivos do Ministério da Saúde e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Como se trata de um estudo de revisão, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. A busca dos estudos ocorreu a partir dos seguintes descritores: Saúde da mulher, direitos sexuais e reprodutivos e gênero. Na articulação das palavras foi adotada a expressão *booleana* "AND", que permite a inserção de duas ou mais palavras. Os critérios utilizados para inclusão do material selecionado foram: disponibilidade *on line* do texto completo; idioma português; direitos sexuais e reprodutivos, gênero, raça e ano de publicação a partir de 2007. A partir da busca na base de dados, foram encontrados 165 trabalhos relacionados ao tema dentre os quais realizou-se a leitura de 50, que a partir do descritor **título** e **resumo**, resultaram na seleção de 13 para a construção do estudo - 11 foram artigos científicos, 2 foram arquivos do Ministério da Saúde. De acordo com os preceitos éticos, as ideias dos autores foram respeitadas.

Resultados

A tabela 1 traz uma síntese das características gerais dos artigos e arquivos do Ministério da Saúde utilizados na discussão desta revisão de literatura.

Tabela 1: Estudos sobre direitos sexuais e reprodutivos das mulheres publicados com o ano, título e autores.

Ano	Título	Autores
2007	Os fatos & atos relacionados ao (difícil) exercício dos direitos sexuais e reprodutivos: em recortes, o processo de viver de um grupo de mulheres de classes populares.	Souza KV, Tyrrell MAR.
2008	Homens, gênero e violência contra a mulher	Lima DC, Buchele F, Climaco, DA.
2010	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
2011	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher	Brasil. Ministério da Saúde.
2011	Gênero, epistemologia e performatividade: estratégias pedagógicas de subversão	Alós AP.
2011	Diferenças de gênero no campo da sexologia: novos contextos e velhas definições	Rohden F, Russo J.
2011	Enfermagem e sexualidade: revisão integrativa de artigos publicados na Revista Latino-Americana de Enfermagem e na Revista Brasileira de Enfermagem	Costa LHR; Coelho ECA.
2011	Assistência pautada nos direitos sexuais e reprodutivos: uma condição para promover a saúde da mulher	Marques DM, Pereira AL.
2012	Direitos sexuais reprodutivos: uma crítica ao Artigo 14 do Protocolo dos Direitos das Mulheres da África	Musoke HD.
2012	Agentes comunitárias de saúde e a atenção à saúde sexual e reprodutiva de jovens na estratégia saúde da família	Bellenzani R, Santos, AO, Paiva V.
2012	Formação de um grupo de pesquisa em enfermagem na área da saúde da mulher e gênero	Fonseca RMGS, Souza KV, Andrade CJM, Amaral MA; Souza V, Caetano LC.
2012	Direitos sexuais e reprodutivos das mulheres no Brasil: conquistas	Temporão JG.

recentes e desafios prementes

2013 Aborto e saúde pública no Brasil: reflexões sob a perspectiva dos direitos humanos Anjos KF, Santos VC, Souza R, Eugênio BG.

Discussão

Os dados demonstrados pelo censo demográfico de 2010 sobre o número de mulheres brasileiras e todo o sistema de saúde que permeia a saúde da mulher ratificam que as mulheres vivem mais do que os homens; em contrapartida, adoecem com mais frequência⁽⁴⁾. A vulnerabilidade feminina frente a certas doenças e causas de morte está mais relacionada com a situação de discriminação na sociedade do que com fatores biológicos⁽²⁾. Historicamente, a discussão das diferenças entre os sexos foram naturalizadas como consequência da hegemonia de teorias biologicistas⁽⁶⁾.

Nas concepções biológicas e sociais, o corpo da mulher tem como atributo apenas aspectos referentes a função reprodutiva e à maternidade, uma vez que a percepção de saúde dela limita-se a esse perfil construído culturalmente e pautado na ausência de enfermidade integrada ao processo de reprodução biológica⁽²⁾. É notável que há exigências da sociedade patriarcal de que a mulher assuma o papel de “cuidadora”, boa mãe e boa esposa; a afirmação da mulher como responsável pelas atividades domésticas permanece, embasando relacionamentos e processos de criação dos filhos, mesmo nos casos em que ocorre o compartilhamento dessas atividades. A ideia de que o homem é o responsável por prover financeiramente o lar foi revelado nas falas e mencionado como fator que leva ao não reconhecimento da contribuição feminina na renda familiar, diminuição da autonomia dessas mulheres e até mesmo ocorrência de desavenças⁽¹⁰⁾.

O acesso a serviços de saúde na atualidade busca primeiramente oferecer atendimento às mulheres para permitir gravidezes e partos sem riscos, com as melhores possibilidades de filhos saudáveis, o que garante qualidade no acompanhamento e atendimento, mas muitas vezes desconsideram as situações de risco em que elas se encontram, o que torna os serviços de saúde vulneráveis⁽¹¹⁾. Nas primeiras décadas do século XX, começaram no Brasil, as políticas nacionais, que eram restritas às demandas acerca da gravidez e ao parto - ideias ainda associadas a reprodução biológica ao seu papel social de mãe e doméstica⁽⁸⁾. Outro marco para a saúde da mulher foi a IV Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, em 1994, no Cairo,

e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995, em Beijing, cujo debate envolveu a importância do maior envolvimento dos homens, principalmente no campo dos direitos sexuais e reprodutivos⁽¹²⁾.

Considerando que as históricas desigualdades de poder entre homens e mulheres perpetuam e implicam fortemente as condições de saúde da mulher, as questões de gênero devem ser analisadas e discutidas como um dos determinantes da saúde na construção de políticas públicas⁽²⁾. Para tanto, o conceito de gênero é discutido como um conjunto dos significados sociais, das identidades e dos valores que são atribuídos à masculinidade e à feminilidade; a ser homem e ser mulher, em uma dada sociedade⁽¹³⁾.

Estudo aponta que a mulher continua sendo vista como um ser eminentemente 'relacional', uma vez que sua sexualidade, diferentemente da do homem, não é traçada como um impulso autônomo, apontando a mulher como esteio da conjugalidade e vetor dos afetos⁽¹⁴⁾.

Os direitos sexuais e reprodutivos estão associados aos direitos das mulheres quanto à autonomia e igualdade de gênero⁽¹⁵⁾, uma vez que o intuito maior está pautado em garantir a saúde sexual e reprodutiva de mulheres, tanto adultas como adolescentes⁽¹⁶⁾. A tradicionalidade enraizada em diversas culturas e religiões de sociedades patriarcais conservadoras impõe uma dificuldade na discussão da saúde sexual feminina, temática até mesmo os órgãos governamentais não articulam nitidamente⁽¹⁵⁾.

A saúde sexual e reprodutiva, bem como os direitos inerentes a ela, devem ser compreendida e estabelecida de maneira que não haja apenas a possibilidade de homens e mulheres manterem uma vida sexual satisfatória e segura, buscando condições de se reproduzirem, mas também com a liberdade de decidir entre fazê-lo ou não, no período e na frequência desejada por ambos⁽¹¹⁾.

A sexualidade tem sido abordada especialmente por sexólogos, o que lhe atribui caráter normativo e majoritariamente assinalado pelos aspectos biológicos que a permeiam⁽¹⁷⁾. Os direitos sexuais compreendem não só a capacidade de o indivíduo exprimir sua sexualidade com liberdade, ausência de algum tipo de coerção, mas também se referem ao acesso à educação sexual durante toda a vida humana⁽¹⁶⁾. Os direitos reprodutivos estão integrados aos direitos humanos, e o direito da mulher de decidir sobre o próprio corpo precisa ser aceito e respeitado. Desse modo, o fato de o Estado negar proteção aos direitos reprodutivos contribui para que as repercussões sobre a saúde mental feminina e os impactos da morbimortalidade sejam ampliados⁽⁸⁾.

A partir da abordagem bioética, é importante refletir sobre a questão de a maternidade ser realmente um ato de escolha da mulher ou uma imposição social, tomada como “natural”. Reconhecer o princípio da vida humana por aceitação e compromisso, na visão relacional, é considerado uma atitude moralmente louvável e superior às escolhas da mulher, e a acolhida passiva da gestação é vista como um fato consumado e irreversível⁽¹⁸⁾.

As mulheres precisam ter o direito de decidir sobre seu corpo. O ser humano precisa ter livre arbítrio, e isso se aplica à decisão da mulher frente às questões relacionadas a seu corpo, pois cada indivíduo tem direitos e deveres para com o Estado. Além disso, a política de planejamento familiar vem com o intuito de ajudar essas mulheres na decisão de seus direitos sexuais⁽⁸⁾.

No cotidiano percebe-se como as desigualdades, reforçadas por injustiças sociais, geram consequências que se organizam dinamicamente para a formação de um círculo vicioso. O resultado desse processo é a falta de autonomia e poder, com maior ênfase para o gênero feminino⁽¹¹⁾. Estudo reafirma que, apesar das referências às mudanças que vêm ocorrendo, ainda é frequente, no discurso das participantes, noções tradicionais de gênero, feminilidade e sexualidade⁽¹⁰⁾.

As mulheres necessitam ter autonomia sobre sua sexualidade e seu corpo. Sob o ponto de vista da saúde pública, a situação contemporânea de mortes de mulheres em plena capacidade reprodutiva é insustentável. Nessa direção, e em coerência com as bases democráticas do Brasil, torna-se essencial a instalação de amplo debate nacional sobre a temática, que culminaria em manifestação da sociedade⁽¹⁹⁾.

Depreende-se, portanto, que, somadas, as desigualdades e as injustiças sociais, que permeiam o cotidiano das mulheres representam um grande ônus não só para elas, mas também para a população como um todo, visto que não se pode conceber um mundo democrático e justo sem trabalhar e implantar o desenvolvimento humano, econômico, social e cultural para todas as pessoas, indiscriminadamente⁽¹¹⁾.

Considerações Finais

Mesmo diante das mudanças ocorridas em relação à saúde da mulher no Brasil, quando se trata de direitos sexuais e reprodutivos, nota-se que as mulheres não têm direito sobre o próprio corpo. Isto é uma violação dos direitos humanos e um problema de saúde pública, tanto por sua magnitude, como por desencadear inúmeras consequências bio-psico-sociais às mulheres.

Contudo, a partir deste estudo, verificou-se que as ações e serviços de saúde, são vulneráveis. A saúde da mulher deve ser compreendida como o resultado de um amplo espectro de fatores que, assim como o pleno exercício de sua sexualidade, estão relacionados com a sua qualidade de vida. A partir dessa discussão, pretende-se amenizar a forma como a mulher é vista na sociedade, principalmente quando se trata dos direitos sexuais e reprodutivos.

Referências

1. Campos Maryane Oliveira, Neto João Felício Rodrigues. Qualidade de vida: um instrumento para promoção de saúde. Rev. Baiana de Saúde Pública [periódico na Internet]. 2008 [acesso em 10 mar 2014]; 23(2): 232-40. Disponível em: <http://inseer.ibict.br/rbsp/index.php/rbsp/article/viewFile/1438/1075>
2. Ministério da Saúde (Brasil), Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Brasília: Ministério da Saúde; 2011. 82 p.
3. Araújo Arakén Almeida de, Brito Ana Maria de, Novaes Moacir de. Saúde e autonomia: novos conceitos são necessários?. Revista Bioética [periódico na Internet]. 2009 [acesso em 12 mar 2014]; 16(1): 117-24. Disponível em: http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/60/63
4. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Brasil). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010.
5. Coelho Edméia de Almeida Cardoso, Silva Carla Tatiane Oliveira, Oliveira Jeane Freitas de, Almeida Mariza Silva. Integralidade do cuidado à saúde da mulher: limites da prática profissional. Esc Anna Nery Rev Enferm [periódico na Internet]. 2009 [20 maio 2014]; 17 (1): 154-160. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v13n1/v13n1a21>
6. Fonseca Rosa Maria Godoy Serpa da, Souza Kleyde Ventura de, Andrade Clara de Jesus Marques, Amaral Marta Araújo, Souza Vânia de, Caetano Laíse Conceição. Formação de um grupo de pesquisa em enfermagem na área da saúde da mulher e gênero. Texto contexto -

- enferm. [periódico na Internet]. 2012 dez [acesso em 30 jun 2014]; 21(4): 990-998.
Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072012000400032&lng=en
7. Souza Raquel, Alvarenga Augusta Thereza de. Direitos sexuais, direitos reprodutivos: concepções de mulheres negras e brancas sobre liberdade. Saúde soc. [periódico na Internet]. 2007 ago [acesso em 30 jun 2014] ; 16(2): 125-132. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902007000200012&lng=en
8. Anjos Karla Ferraz dos, Santos Vanessa Cruz, Souza Raquel, Eugênio Benedito Gonçalves. Aborto e saúde pública no Brasil: reflexões sob a perspectiva dos direitos humanos. Saúde debate [periódico na Internet]. 2013 set [acesso em 30 jun 2014] ; 37(98): 504-515. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042013000300014&lng=en
9. Mendes Karina Dal Sasso, Silveira Renata Cristina de Campos Pereira, Galvão Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto contexto - enferm. [periódico na Internet]. 2008 dez [acesso em 30 jun 2014] ; 17(4): 758-764. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018&lng=en
10. Costa Lucia Helena Rodrigues, Coelho Edméia Coelho de Almeida. Gênero, feminilidade e sexualidade em tempos de aids: representações sociais de agentes comunitárias de saúde. Rev. Latino-Am. Enfermagem [periódico na Internet]. 2011 jun [acesso em 30 jun 2014] ; 19(3): 631-639. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692011000300024&lng=en
11. Souza Kleyde Ventura de, Tyrrell Maria Antonieta Rubio. Os fatos & atos relacionados ao (difícil) exercício dos direitos sexuais e reprodutivos: em recortes, o processo de viver de um grupo de mulheres de classes populares. Texto contexto - enferm. [periódico na Internet]. 2007 mar [acesso em 01 jul 2014]; 16(1): 47-54. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072007000100006&lng=en

12. Lima Daniel Costa, Büchele Fátima, Clímaco Danilo de Assis. Homens, gênero e violência contra a mulher. *Saúde soc.* [periódico na Internet]. 2008 jun [acesso em 01 jul 2014]; 17(2): 69-81. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902008000200008&lng=en
13. Alós Anselmo Peres. Gênero, epistemologia e performatividade: estratégias pedagógicas de subversão. *Rev. Estud. Fem.*[periódico na Internet]. 2011 ago [acesso em 01 jul 2014]; 19(2), 421-449. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000200007&lng=en&tlng=pt. 10
14. Rohden Fabiola, Russo Jane. Diferenças de gênero no campo da sexologia: novos contextos e velhas definições. *Rev. Saúde Pública* [periódico na Internet]. 2011 ago [acesso em 10 ago 2014]; 45(4): 722-729. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102011000400012&lng=en
15. Musoke Harriet Diana. Direitos sexuais reprodutivos: uma crítica ao Artigo 14 do Protocolo dos Direitos das Mulheres da África. *Rev. Direito Sanitário* [periódico na Internet]. 2013 mar [acesso em 28 jun]; 12(3): 57-87. Disponível em:
<http://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/690/699>
16. Marques Danielle Moreira, Pereira Adriana Lemos. Assistência pautada nos direitos sexuais e reprodutivos: uma condição para promover a saúde da mulher. *Rev. Eletr. Enf* [periódico na Internet] 2011jul/set [acesso em 05 maio 2014]; 13(3): 449-55. Disponível em:
https://www.fen.ufg.br/fen_revista/v13/n3/pdf/v13n3a10.pdf
17. Costa Lucia Helena Rodrigues, Coelho Edméia Coelho de Almeida. Enfermagem e sexualidade: revisão integrativa de artigos publicados na Revista Latino-Americana de Enfermagem e na Revista Brasileira de Enfermagem. *Rev. Latino-Am. Enfermagem* [periódico na Internet]. 2011 jun [acesso em 30 jun 2014]; 19(3): 631-639. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692011000300024&lng=en
18. Bellenzani Renata, Santos Alessandro de Oliveira dos, Paiva Vera. Agentes comunitárias de saúde e a atenção à saúde sexual e reprodutiva de jovens na estratégia saúde da família. *Saúde*

soc.[periódico na Internet]. 2012 set [acesso em 01 jul 2014]; 21(3): 637-650. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902012000300010&lng=en

19. Temporão José Gomes. Direitos sexuais e reprodutivos das mulheres no Brasil: conquistas recentes e desafios prementes. Cienc. Cult. [periódico na Internet]. 2012 jun [acesso em 01 jul 2014]; 64(2): 21-23. Disponível em:
http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000967252012000200011&lng=en.